

Basta de Modernização¹

David Kupfer
(GIC-IE/UFRJ)
Junho de 2006

É indiscutível que a realização permanente de esforços de modernização é uma das condições mais decisivas para o incremento da capacidade competitiva das empresas. Ainda mais inquestionável, porém, é o fato de que sem a realização de investimentos em expansão da capacidade produtiva não se consegue atingir uma trajetória sustentada de aumento da competitividade industrial. Por isso, se os esforços de modernização são meritórios e desejáveis, as iniciativas de expansão fabril são imprescindíveis para o desenvolvimento industrial.

Uma característica marcante da economia brasileira nos últimos 20 anos é exatamente a reduzida taxa de investimento em capital fixo. Enquanto durante esse período a formação bruta de capital em países emergentes asiáticos vem superando a casa dos 30% do PIB, no Brasil esse indicador mostra um desempenho pífio, raramente superando o limiar de 20% do PIB. Apenas no triênio 1995-1997 e, mais recentemente, em 2004, a taxa de investimento mostrou um comportamento mais animador. Não por acaso, foram anos de excelente comportamento da demanda interna, no primeiro caso devido ao efeito-renda decorrente da estabilização da inflação e ao retorno do crédito e no segundo caso devido a uma certa recuperação da massa salarial e, principalmente, ao aprofundamento do crédito promovido pelas novas modalidades de empréstimos consignados. Nunca é demais lembrar que enquanto os bons ventos do triênio pós-real foram interrompidos pela inconsistência macroeconômica do modelo de estabilização baseado em crescente vulnerabilidade externa, a principal causa da interrupção do crescimento em 2005 foi a política macroeconômica, profundamente equivocada, de elevação da taxa básica de juros e de apreciação cambial então praticada.

O alto preço cobrado ao desenvolvimento industrial nesses anos de baixo dinamismo do mercado vem sendo enorme. Em mercados pouco dinâmicos, as empresas de maior sucesso se expandem preferencialmente por meio da aquisição daquelas de pior desempenho, ocupando suas parcelas de mercado sem ampliar a capacidade produtiva e sem renovar o parque industrial. Principalmente em empresas de maior porte, a atualização tecnológica exige grandes blocos de investimento, inviabilizados na ausência de perspectivas favoráveis de crescimento das vendas. Isso porque as grandes mudanças tecnológicas normalmente ocorrem com a implantação de fábricas novas, baseadas em projetos novos, instalações novas, equipamentos novos, etc.. Ao contrário, empresas que atuam em mercados estagnados tendem a introduzir somente inovações pontuais, substituindo equipamentos exclusivamente em etapas críticas do processo produtivo e adotando apenas em parte os novos métodos de organização da produção. Esse tipo de modernização parcial, seletiva, restrita, foi o que mais se fez presente na indústria brasileira.

¹ Publicado em Observatório da Indústria, Sistema FIEP, Ano 3, no. 13, julho-agosto de 2006

A esse respeito, vale a pena rememorar a história recente do processo de modernização percorrido pela indústria brasileira. Em uma primeira fase que, grosso modo, corresponde à década de 1980, as estratégias de modernização concentraram-se na introdução isolada de alguns equipamentos de base microeletrônica em substituição a uma parte do parque de equipamentos convencional. Em uma segunda fase, vivida na primeira metade da década de 1990, as empresas passaram a demonstrar maior preocupação com a implementação de estratégias mais amplas de modernização nas quais maior ênfase foi conferida aos aspectos organizacionais. Nesse período preponderou o outsourcing, a subcontratação e a terceirização das atividades produtivas. A terceira fase, ocorrida no período imediatamente após o Plano Real, foi marcada por uma explosão de importações de insumos e equipamentos, que embora tenha possibilitado a absorção de tecnologias incorporadas, não foi capaz de alterar significativamente a capacidade inovativa da indústria. A quarta fase iniciou-se com as mudanças no regime macroeconômico em 1999. Embora ainda não seja totalmente compreendida, sabe-se, porém, que a produtividade estagnou, sugerindo que a taxa de difusão de inovações modernizantes tenha arrefecido no período.

As análises sobre o processo de modernização experimentado pela indústria brasileira sugerem algumas conclusões interessantes. Primeiro, as principais motivações para a introdução de inovações tecnológicas foram o aumento da qualidade do produto, o aumento do controle sobre processo produtivo, a maior flexibilidade produtiva e a economia de tempo e materiais. Estudos de caso mostram que a importância de cada uma dessas motivações variou de setor a setor, mas o aumento da confiabilidade e outros aspectos ligados à qualidade do produto final figuraram como os mais importantes, independentemente do setor considerado.

Segundo, os principais incentivos para a modernização estiveram relacionadas ao acirramento da concorrência conseqüente ao projeto político de abertura ao comércio internacional que se tornou dominante na economia brasileira, em simultâneo a um quadro de recessão econômica aguda. Em termos setoriais, essas motivações manifestaram-se mais nitidamente nos ramos produtivos ligados ao consumo de alta renda e ao mercado externo, segmentos que sofreram menos a perda de dinamismo industrial e que são mais exigentes em matéria de sofisticação, qualidade e confiabilidade dos produtos.

Terceiro, a modernização tecnológica ocorreu de forma mais significativa exatamente nas empresas que já eram mais eficientes nas práticas convencionais. A limitada adoção de inovações ocorrida seguiu, basicamente, o padrão de difusão do tipo "epidêmico". Nesse tipo de difusão, papel chave é desempenhado pelas empresas que inicialmente introduzem as inovações. No Brasil, esse papel de pioneiras tem sido desempenhado por filiais de empresas multinacionais e grandes empresas nacionais, geralmente exportadoras, e por uns poucos líderes "schumpeterianos" locais. No entanto, em função do quadro recessivo, as demais empresas têm se retardado relativamente, de modo que o avanço da difusão epidêmica tem contribuído para aprofundar a heterogeneidade da indústria nacional, reforçando desigualdades no padrão de industrialização das diferentes regiões.

A principal lição que esse percurso histórico deixa para o futuro é que a variável básica que comanda o destino da indústria brasileira é a expansão do mercado interno. A evolução aos soluços da competitividade industrial do país é a contrapartida microeconômica da política monetária e fiscal míope de stop-and-go a que vem sendo submetida a economia brasileira nos últimos 20 anos. A persistência desse quadro leva a crer que os ganhos de produtividade, derivados da incorporação de inovações modernizantes, continuarão sendo distribuídos de modo desigual, o que poder afetar as potencialidades e o estilo de crescimento futuro da indústria. É hora de se criar as condições para o círculo virtuoso no qual um mercado interno dinamizado justifique uma onda de investimentos em novas instalações que, muito além de mais uma rodada de um esforço modernizador que tende a se esgotar, possibilite uma real aproximação do conjunto da indústria brasileira aos padrões produtivos das melhores práticas internacionais.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br)